

## Síntese de Audiência

**Dia:** 14 de janeiro de 2014

**ENTIDADE:** ASFIC/PJ – Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária

**ASSUNTO:** *Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*

**Recebida pelo Grupo de Trabalho:**

- Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), Coordenadora;
- Senhora Deputada Isabel Santos (PS);
- Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD);
- Senhor Deputado Jorge Machado (PCP).

**Síntese dos Temas Abordados:**

A audiência enquadrou-se no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª \(GOV\)](#), que *Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas*.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), coordenadora do Grupo de Trabalho, iniciou aos trabalhos, dando as boas-vindas à delegação da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ) e agradecendo a sua presença na Assembleia da República.

A Senhora Coordenadora apresentou os Senhores Deputados presentes, dando conta da deliberação da Comissão quanto à constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação da iniciativa na especialidade, em matéria de concessão de audiências e discussão e votação indiciária, na especialidade. De seguida, apresentou a metodologia de condução dos trabalhos, após o que passou de imediato a palavra à ASFIC/PJ, para uma intervenção inicial.

A ASFIC/PJ recordou o parecer emitido em sede de apreciação pública, considerando necessário assegurar as especificidades decorrentes das carreiras especiais, não excluindo a PJ de uma norma que pretende abranger apenas uma outra força de segurança, recordando nesta matéria a prestação de funções públicas e de soberania.

Sobre as especificidades, recordaram o regime de mobilidade, o período de descanso, os piquetes de 24 horas, entre outros.

Consideraram, ainda, os diferentes papéis desempenhados por associações sindicais e comissões de trabalhadores.

Em sede de debate, os Senhores Deputados Isabel Santos (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD) e Jorge Machado (PCP) intervieram para agradecer os contributos prestados pela ASFIC/PJ e tecer comentários.

A ASFIC/PJ usou da palavra para recordar, entre outros aspetos, a ausência de estatuto daquela estrutura desde 2000, obstando ao fim previsto para contrapartidas decorrentes de um ónus específico, e recordando a inexistência de proibição quanto a igualdade de direitos para comissões de trabalhadores e associações sindicais em matéria de órgãos de gestão.

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho tomou boa nota e agradeceu as informações prestadas pela ASFIC/PJ, a serem objeto de ponderação por parte dos Grupos Parlamentares.

De seguida, deu conta da tramitação subsequente da Proposta de Lei e agradeceu a presença da ASFIC/PJ, após o que encerrou a audiência.

Diversas informações sobre a [audiência](#), nomeadamente a sua gravação, podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 14 de janeiro de 2014

**A Coordenadora do Grupo de Trabalho  
Catarina Marcelino**